

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa  
**Nilza Gomes da Silva**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Adhemar Mombrum de Carvalho Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2298/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Procuradores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROCURADOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Alexandre Lima Raslan	2016/2017	30	1º a 30.9.2019
Antonio Siufi Neto	2018/2019	30	5.8 a 3.9.2019
Ariadne de Fátima Cantú da Silva	2018/2019	10	11 a 20.7.2019
Belmires Soles Ribeiro	2018/2019	30	1º a 30.8.2019
Esther Sousa de Oliveira	2018/2019	30	1º a 30.8.2019
Evaldo Borges Rodrigues da Costa	2018/2019	30	2.9 a 1º.10.2019
Gilberto Robalinho da Silva	2017/2018	30	12.8 a 10.9.2019
Humberto de Matos Brittes	2018/2019	30	1º a 30.7.2019
Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya	2018/2019	30	10.7 a 8.8.2019
Lucienne Reis D'Avila	2016/2017	20	1º a 20.8.2019
	2017/2018	10	21 a 30.8.2019
Marigô Regina Bittar Bezerra	2018/2019	30	1º a 30.10.2019
Sara Francisco Silva	2018/2019	30	1º a 30.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2184/2019-PGJ, DE 25.6.2019**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Humberto Lapa Ferri 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período 25.6 a 2.7.2018, a serem usufruídos nos dias 8, 9, 10, 11 e 12.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral de Justiça em exercício

**PORTARIA Nº 2269/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Aline Mendes Franco Lopes compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015:

PLANTÃO	DIAS DE GOZO
1º.3, 14 e 15.3 e 20.6.2015	7 a 10.10.2019
21.6, 8 e 9.8 e 5.9.2015	16 a 19.12.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2270/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 1º Promotor de Justiça de São Gabriel do Oeste, Daniel Higa de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Rio Negro, nos dias 3 e 31.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2272/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 45ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Érica Rocha Espindola, para, sem prejuízo de suas funções, exercer a função de Supervisora das Promotorias de Justiça Cíveis da referida Comarca, pelo período de um ano, a partir de 18.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 2273/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as Supervisões, as Promotorias de Justiça e os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir, em razão de ausência dos titulares, pelos seguintes motivos:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	SUPERVISÃO/ PROMOTORIA DE JUSTIÇA/ JUIZADO ESPECIAL	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
Emy Louise Souza de Almeida Albertini	Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis da comarca de Campo Grande	18 a 24.7.2019	Férias	Érica Rocha Espindola
		25 e 26.7.2019	Compensação	
Renata Ruth Fernandes Goya Marinho	Supervisão das Promotorias de Justiça Criminais da comarca de Campo Grande	8 a 12.7.2019	Compensação	Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha
		15 a 24.7.2019	Férias	
Marcos Alex Vera de Oliveira	31ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande	8 a 12.7.2019	Compensação	Humberto Lapa Ferri
		15 a 19.7.2019	Férias	
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	2ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	10 a 19.7.2019	Férias	Henrique Franco Cândia
Candy Hiroki Cruz Marques Moreira	7ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	22 a 26.7.2019	Compensação	Plinio Alessi Junior
		29.7 a 2.8.2019	Férias	
Celso Antonio Botelho de Carvalho	8ª Vara do Juizado Especial da comarca de Campo Grande – Juizado Itinerante	8.7.2019	Férias	Daniela Cristina Guiotti
Regina Dornte Broch		9 a 17.7.2019	Férias	
		18 e 19.7.2019	Compensação	
Cristiane Amaral Cavalcante	10ª Vara do Juizado Especial Central da comarca de Campo Grande	15 a 24.7.2019	Férias	Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha
Eduardo FonticIELha De Rose	1ª Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Dourados	15 a 30.7.2019	Férias	Eteocles Brito Mendonça Dias Junior

Amilcar Araujo Carneiro Junior	17ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados	1º a 8.7.2019	Férias	Luiz Gustavo Camacho Terçariol
Michel Maesano Mancuelho	Juizado Especial Adjunto da comarca de Amambai	22 a 31.7.2019	Férias	Nara Mendes dos Santos Fernandes
		1º e 2.8.2019	Compensação	
Oscar de Almeida Bessa Filho	Juizado Especial Adjunto da comarca de Aparecida do Taboado	15 a 19.7.2019	Férias	Jerusa Araujo Junqueira Quirino
Arthur Dias Junior	Juizado Especial Adjunto da comarca de Caarapó	4 a 12.7.2019	Férias	Fernanda Rottili Dias
Lindomar Tiago Rodrigues	Juizado Especial Adjunto da comarca de Camapuã	4 e 5.7.2019	Compensação	Douglas Silva Teixeira
		8 e 9.7.2019		
Daniella Costa da Silva	Juizado Especial Adjunto da comarca de Coxim	10 a 19.7.2019	Férias	Victor Leonardo de Miranda Taveira
Gilberto Carlos Altheman Júnior	Juizado Especial Adjunto da comarca de Iguatemi	8 a 17.7.2019	Férias	Thiago Barbosa da Silva
Nara Mendes dos Santos Fernandes	2ª Promotoria de Justiça da comarca de Ponta Porã	8 a 12.7.2019	Compensação	Patrícia Almirão Padovan
Michel Maesano Mancuelho		15 a 18.7.2019	Férias	
Gisleine Dal Bó	Juizado Especial Adjunto da comarca de Ponta Porã	8 a 12.7.2019	Compensação	
		15 a 18.7.2019	Férias	
Clarissa Carlotto Torres	Juizado Especial Adjunto da comarca de Sidrolândia	15 a 28.7.2019	Férias	Janeli Basso

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2274/2019-PGJ, DE 1º.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Zona Eleitoral, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 3.7.2019, e revogar a Portaria nº 3515/2017-PGJ, de 16.10.2017, que indicou a Promotora de Justiça Ludmila de Paula Castro Silva.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2275/2019-PGJ, DE 1º.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E :

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem nas audiências perante os Juizados Especiais constantes do quadro a seguir:

PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	LOCAL	DATA
Paula da Silva Volpe	1ª Vara do Juizado Especial Central Virtual	9 e 16.7.2019
	3ª Vara do Juizado Especial Central Virtual	18.7.2019
Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues	4ª Vara do Juizado Especial Central Virtual	16.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2276/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante a 1ª Promotoria de Justiça e Juizado Especial da comarca de Mundo Novo, em razão de licença da Promotora de Justiça Lenize Martins Lunardi Pedreira e férias da Promotora de Justiça Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto, conforme quadro a seguir:

PROMOTORES DE JUSTIÇA	DATA
Gustavo Henrique Bertocco de Souza	1º a 17.7.2019
Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro	18 e 19.7.2019

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2277/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da 1ª Vara da comarca de Mundo Novo, nos dias de 1º e 8.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2278/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 4º Promotor de Justiça da comarca de Ponta Porã, Thiago Bonfatti Martins, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Supervisão das Promotorias de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 18.7.2019; e suspender, no referido período, a Portaria nº 4290/2018-PGJ, de 14.12.2018, que designou a Promotora de Justiça Gisleine Dal Bó.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2287/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 12º Promotor de Justiça de Dourados, Luiz Eduardo de Souza Sant’Anna Pinheiro, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Mundo Novo, no período de 1º a 20.7.2019, em razão de férias da titular, Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2288/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Alexandre Magno Benites de Lacerda 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos 27.5 a 3.6.2019 e 24.6 a 1º.7.2019, a serem usufruídos nos dias 8, 9, 10, 11 e 12.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2289/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “h” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral os membros do Ministério Público Estadual abaixo nominados, para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as seguintes Zonas Eleitorais, em razão de ausência dos titulares, conforme o quadro a seguir:

ZE	PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO	MOTIVO	TITULAR
2ª	Daniel Pivaro Stadniky	1º a 3.7.2019	Compensação	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior
3ª	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	8 a 19.7.2019	Férias	Pedro de Oliveira Magalhães
7ª	Luciano Bordignon Conte	3 a 10.7.2019	Férias	Marcos Martins de Brito
		11 e 12.7.2019	Compensação	
18ª	Amilcar Araujo Carneiro Junior	1º a 8.7.2019	Licença	Juliano Albuquerque
19ª	Gisleine Dal Bó	1º a 20.7.2019	Férias	Gabriel da Costa Rodrigues Alves
24ª	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	22 a 31.7.2019	Férias	Oscar de Almeida Bessa Filho
25ª	Thiago Barbosa da Silva	18 e 19.7.2019	Compensação	Gustavo Henrique Bertocco de Souza
		22 a 26.7.2019	Férias	
26ª	Gilberto Carlos Altheman Júnior	15.7 a 3.8.2019	Férias	Adriano Barrozo da Silva
28ª	Fernanda Rottili Dias	15.7 a 3.8.2019	Férias	Arthur Dias Junior
33ª	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	1º a 20.7.2019	Férias	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
35ª	Paula da Silva Volpe	8 a 17.7.2019	Férias	Paulo Henrique Camargo Iunes
36ª	Luiz Eduardo Lemos de Almeida	8 a 17.7.2019	Férias	Cristina Beraldo de Andrade
43ª	Eduardo FonticIELha De Rose	3 a 5.7.2019	Compensação	João Linhares Júnior
		8 a 19.7.2019	Férias	
		22 a 26.7.2019	Compensação	
		29.6 a 3.7.2019	Férias	
	Ricardo Rotunno	31.7 a 7.8.2019	Férias	
48ª	Matheus Macedo Cartapatti	1º a 5.7.2019	Compensação	Fernanda Proença de Azambuja
50ª	Luciano Bordignon Conte	11 a 20.7.2019	Férias	Viviane Zuffo Vargas Amaro
52ª	Thiago Bonfatti Martins	8 a 27.7.2019	Férias	Magno Oliveira João

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2290/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Dois Irmãos do Buriti, no dia 1º.7.2019; e tornar sem feito a Portaria nº 2211/2019-PGJ, de 25.6.2019 que designou o Promotor de Justiça Mateus Sleiman Castriani Quirino.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2291/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o 38º Promotor de Justiça de Campo Grande, Marcus Vinicius Tieppo Rodrigues, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nos autos nº 0016236-53.2019.8.12.0001 e nos feitos dele decorrentes, em trâmite na 1ª Vara Criminal da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2292/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 11 e 12.2.2018, a serem usufruídos nos dias 11 e 12.7.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2293/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Promotor de Justiça Fabricio Proença de Azambuja 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 11 a 18.3.2019, a serem usufruídos nos dias 16 e 17.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça



**PORTARIA Nº 2294/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de julho de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 20/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
<b>REGIÃO 1 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE FÁTIMA DO SUL, GLÓRIA DE DOURADOS, DEODÁPOLIS, IVINHEMA E ANGÉLICA</b>			
6 e 7.7.2019	PJ de Glória de Dourados	Andréa de Souza Resende	99933-8637
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Ivinhema	Daniel do Nascimento Britto	98478-2040 99645-7680
20 e 21.7.2019	PJ de Deodápolis	Anthony Allison Brandão Santos	99312-5568
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Fátima do Sul	Rodrigo Cintra Franco	98478-2044
<b>REGIÃO 2 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO BRILHANTE, ITAPORÃ E NOVA ALVORADA DO SUL</b>			
6 e 7.7.2019	PJ de Nova Alvorada do Sul	Maurício Mecelis Cabral	99825-0691
13 e 14.7.2019	2ª PJ de Rio Brilhante	Rosalina Cruz Cavagnolli	98478-2024
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Rio Brilhante	Jorge Ferreira Neto Júnior	98478-2317
27 e 28.7.2019	PJ de Itaporã	Radamés de Almeida Domingos	99826-2127 99905-8114
<b>REGIÃO 3 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NOVA ANDRADINA, BATAYPORÃ E ANAURILÂNDIA</b>			
6 e 7.7.2019	PJ de Aneurilândia	Allan Thiago Barbosa Arakaki	99866-7689
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
20 e 21.7.2019	PJ de Batayporã	Bianka Machado Arruda Mendes	99922-9568
27 e 28.7.2019	1ª PJ de Nova Andradina	Alexandre Rosa Luz	98478-2042
<b>REGIÃO 4 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SIDROLÂNDIA E MARACAJU</b>			
6 e 7.7.2019	2ª PJ de Maracaju	Estéfano Rocha Rodrigues da Silva	98478-2041
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Maracaju	Simone Almada Goes	98478-2297
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Sidrolândia	Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira	98478-2106
27 e 28.7.2019	3ª PJ de Sidrolândia	Clarissa Carlotto Torres	98478-2389
<b>REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, EL DORADO E MUNDO NOVO</b>			
6 e 7.7.2019	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
13 e 14.7.2019	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
20 e 21.7.2019	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
27 e 28.7.2019	PJ de Eldorado	Gustavo Henrique Bertocco de Souza	99312-6077
<b>REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ</b>			
6 e 7.7.2019	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
13 e 14.7.2019	2ª PJ de Naviraí	Daniel Pivaro Stadniky	99963-0050
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
27 e 28.7.2019	3ª PJ de Naviraí	Leticia Rossana P. F. Berto de Almada	98121-1881
<b>REGIÃO 7 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AMAMBAI E PONTA PORÃ</b>			
6 e 7.7.2019	3ª PJ de Ponta Porã	Gisleine Dal Bó	99965-5105
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Ponta Porã	Thiago Bonfatti Martins	99933-9978
20 e 21.7.2019	4ª PJ de Ponta Porã	Michel Maesano Mancuelho	99312-2678
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Ponta Porã	Patrícia Almirão Padovan	99985-9192
<b>REGIÃO 8 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE AQUIDAUANA, MIRANDA, TERENOS, ANASTÁCIO E DOIS IRMÃOS DO BURITI</b>			
6 e 7.7.2019	1ª PJ de Miranda	Juliana Pellegrino Vieira	99312-3912
13 e 14.7.2019	3ª PJ de Aquidauana	Antenor Ferreira de Rezende Neto	99958-4545
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Aquidauana	Angelica de Andrade Arruda	99976-5554
27 e 28.7.2019	PJ de Anastácio	Mateus Sleiman Castriani Quirino	99312-5798
<b>REGIÃO 9 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, COXIM, PEDRO GOMES E</b>			



SONORA			
6 e 7.7.2019	PJ de Sonora	Adriano Barrozo da Silva	99312-3965
13 e 14.7.2019	2ª PJ de Coxim	Daniella Costa da Silva	98478-2397
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Rio Verde de Mato Grosso	Matheus Carim Bucker	99922-8507
27 e 28.7.2019	3ª PJ de Coxim	Victor Leonardo de Miranda Taveira	99933-4292
REGIÃO 10 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE COSTA RICA, CHAPADÃO DO SUL E CASSILÂNDIA			
6 e 7.7.2019	2ª PJ de Chapadão do Sul	Fernanda Proença de Azambuja	99831-0396
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Costa Rica	George Cassio Tiosso Abbud	98478-2032
20 e 21.7.2019	2ª PJ de Cassilândia	Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro	99933-3517
27 e 28.7.2019	1ª PJ de Cassilândia	Pedro de Oliveira Magalhães	99933-1249
REGIÃO 11 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE PARANAÍBA, INOCÊNCIA E APARECIDA DO TABOADO			
6 e 7.7.2019	3ª PJ de Paranaíba	Leonardo Dumont Palmerston	98478-2050
13 e 14.7.2019	2ª PJ de Paranaíba	Ronaldo Vieira Francisco	98478-2379
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Paranaíba	Juliana Nonato	98478-2419
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Aparecida do Taboado	Jerusa Araujo Junqueira Quirino	98478-2028
REGIÃO 12 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE RIBAS DO RIO PARDO, ÁGUA CLARA, BRASILÂNDIA E BATAGUASSU			
6 e 7.7.2019	PJ de Brasilândia	Moisés Casarotto	99933-0622
13 e 14.7.2019	PJ de Ribas do Rio Pardo	George Zarour Cezar	99933-6774
20 e 21.7.2019	1ª PJ de Bataguassu	Wilson Canci Junior	98125-4950
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Bataguassu	Edival Goulart Quirino	99967-8080
REGIÃO 13 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE BANDEIRANTES, SÃO GABRIEL DO OESTE, CAMAPUÃ E RIO NEGRO			
6 e 7.7.2019	PJ de Bandeirantes	Paulo Henrique Mendonça de Freitas	99262-5572
13 e 14.7.2019	2ª PJ de São Gabriel do Oeste	Isabelle Albuquerque dos Santos Rizzo	98478-2380
20 e 21.7.2019	1ª PJ de São Gabriel do Oeste	Daniel Higa de Oliveira	98478-2038
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Camapuã	Douglas Silva Teixeira	98478-2036
REGIÃO 14 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE NIOAQUE, JARDIM, BONITO, PORTO MURTINHO E BELA VISTA			
6 e 7.7.2019	PJ de Bela Vista	William Marra Silva Junior	98462-9239
13 e 14.7.2019	1ª PJ de Nioaque	Mariana Sleiman Gomes	99312-5869
20 e 21.7.2019	2ª PJ de Jardim	Lia Paim Lima	99825-0142
27 e 28.7.2019	2ª PJ de Bonito	Alexandre Estuqui Junior	98478-2070

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

#### PORTARIA Nº 2295/2019-PGJ, DE 1º.7.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SU, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

#### R E S O L V E:

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Três Lagoas, referente ao mês de julho de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 31/2017-PGJ, de 7.12.2017, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.7.2019 (7h59min)	8ª	Luciano Anechini Lara Leite	99129-2433
10 (18h01min) a 17.7.2019 (7h59min)	9ª	Moisés Casarotto	99129-2433
17 (18h01min) a 24.7.2019 (7h59min)	1ª	Antonio Carlos Garcia de Oliveira	99129-2433
24 (18h01min) a 31.7.2019 (7h59min)	5ª	Daniela Araujo Lima da Silva	99129-2433

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2296/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Corumbá, referente ao mês de julho de 2019, nos termos dos artigos 1º e 2º da Resolução nº 3/2018-PGJ, de 16.3.2018, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.7.2019 (7h59min)	1ª	Viviane Zuffo Vargas Amaro	99603-9203
10 (18h01min) a 17.7.2019 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
17 (18h01min) a 24.7.2019 (7h59min)	3ª	Rodrigo Correa Amaro	99603-9203
24 (18h01min) a 31.7.2019 (7h59min)	7ª	Luciano Bordignon Conte	99603-9203

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2297/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XIII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E:**

Estabelecer a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça da comarca de Dourados, referente ao mês de julho de 2019, nos termos do § 1º do artigo 3º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015, e da Resolução nº 19/2012-PGJ, de 5.6.2012, conforme segue:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
3 (18h01min) a 10.7.2019 (7h59min)	12ª	Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro	98478-2087
10 (18h01min) a 17.7.2019 (7h59min)	1ª	José Antonio Alencar	98478-2087
17 (18h01min) a 24.7.2019 (7h59min)	7ª	Eduardo Fonticilha De Rose	98478-2087
24 (18h01min) a 31.7.2019 (7h59min)	5ª	Claudio Rogerio Ferreira Gomes	98478-2087

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2299/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a 1ª Promotora de Justiça de Sidrolândia, Daniele Borghetti Zampieri de Oliveira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar nas audiências da comarca de Terenos, no dia 2.7.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2333/2019-PGJ, DE 2.7.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Lygia Mara Rosa da Silva, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão do Memorial do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, instituída pela Portaria nº 2056/2016-PGJ, de 11.7.2016, até ulterior deliberação; e revogar a Portaria nº 348/2018-PGJ, de 25.1.2018, na parte que designou a servidora Ariani Mortari Busaneli Vilharba.

HUMBERTO DE MATOS BRITTES

Procurador-Geral de Justiça em exercício

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA N° 2271/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º, inciso II, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Autorizar a averbação de tempo de contribuição requerida por Zuldenei Ferreira Camozzato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de contribuição ao Instituto Nacional de Seguro Social, INSS, sendo: 5 (cinco) meses e 28 (vinte e oito) dias de serviços prestados ao Banco do Brasil S.A., no período de 6.5 a 3.11.1987; 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias de serviços prestados ao Banco do Brasil S.A., no período de 11.1 a 25.3.1990 e 1 (um) mês de contribuição como contribuinte individual, no período de 1º a 31.8.1991, para fins de aposentadoria e disponibilidade, nos termos do artigo 201, § 9º, da Constituição Federal, do artigo 179 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990 (com as alterações advindas da Lei nº 2.157, de 26.10.2000), e, ainda, dos artigos 79 e 80, *caput* e parágrafo único, da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005 (Processo PGJ/10/2357/2019).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA N° 2279/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Christiane Naomi Hiratsuka, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 8 a 17.7.2019, em razão de férias, e nos dias 18 e 19.7.2019, em razão de licença compensatória referente a banco de horas da servidora Elaine do Nascimento Malheiros Freitas.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2280/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Handreza Oviedo Alves Martins, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Dourados e designada para prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na Supervisão Criminal da referida Comarca, no período de 1º a 12.7.2019, em razão de férias da servidora Gláucia Gonzaga Vieira de Sá.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2281/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Naira Santana de Oliveira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Núcleo de Correspondências, no período de 15 a 24.7.2019, em razão de férias e nos dias 25 e 26.7.2019, em razão de licença compensatória referente a serviços prestados à Justiça Eleitoral da titular, Wanessa Barbosa Santana.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2282/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 15 a 24.7.2019, em razão de férias e nos dias 25 e 26.7.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da servidora Cristina Castilho Akatsuka.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2283/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 13 a 19.6.2019 e 15.7 a 1º.8.2019, em razão de abono de falta e licença para tratamento de saúde da servidora Cristina Castilho Akatsuka.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA N° 2284/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Paulo Barbiero Dorigão, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, lotado nas Promotorias de Justiça de Sidrolândia, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 13 a 19.6.2019, em razão de abono de falta e licença para tratamento de saúde da servidora Cristina Castilho Akatsuka.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2285/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar a servidora Patricia Marim, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designada para prestar serviços na 44ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 33ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, no período de 8 a 17.7.2019, em razão de férias da servidora Jaqueline Obregão da Rosa Ramos.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**PORTARIA Nº 2286/2019-PGJ, DE 1º.7.2019**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Fernando Geraldo Ramos, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 19.6.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

**CONSELHO SUPERIOR****DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 25 DE JUNHO DE 2019.****7. Ordem do dia:****7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:****7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:****1. Inquérito Civil nº 06.2019.00000315-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Anaurilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arthur Barbosa Cascudo Rodrigues

Assunto: Apuração de eventual procedimento irregular na abordagem do Fiscal Arthur Cascudo Rodrigues, consistente na violação da carga, ocorrida no dia 12 de fevereiro de 2019.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE ANAURILÂNDIA - APURAÇÃO DE SUPOSTO PROCEDIMENTO IRREGULAR NA ABORDAGEM DE FISCAL EM POSTO DE FISCALIZAÇÃO DE CARGAS - NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que os elementos de informação coligidos nos autos apontam a regular atuação de fiscal tributário estadual, ilidindo-se, pois, os termos da denúncia ensejadora do feito.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2017.00001291-8**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Eduardo Martins Peixoto e Maria Ramona Fuchs Peixoto

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental do imóvel rural denominado "Fazenda Castelinho", município de Ponta Porã/MS. (Programa SOS-RIOS).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTA PORÃ - MEIO-AMBIENTE - APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO "FAZENDA CASTELINHO" - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA E INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 9 DO CONSELHO SUPERIOR DO MPMS. Promoção de arquivamento homologada, considerando a celebração de Termo de Ajustamento de conduta que contempla os interesses tutelados neste Inquérito Civil e que atende os requisitos estabelecidos na Resolução nº 0015/2007/PGJ. Ademais, o Órgão de Execução de origem instaurou o pertinente procedimento administrativo para acompanhar o cumprimento do acordo, nos termos do artigo 38 da citada Resolução e do Enunciado nº 9 deste Colegiado.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.**

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000137-3**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Corumbá

Representante: Ministério Público Estadual

Requerido: Adilson Juliani Gelain

Assunto: Apurar a regularidade da supressão de 297,95 hectares de vegetação nativa secundária em estágio inicial de regeneração do Bioma Mata Atlântica, no interior do imóvel rural "Fazenda Chão Preto", ora pertencente a Adilson Juliani Gelain, sem a correspondente autorização ambiental concedida pelo órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CORUMBÁ - MEIO-AMBIENTE - SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA DO BIOMA MATA ATLÂNTICA – PRÉVIA COMUNICAÇÃO AO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - NÃO CARACTERIZAÇÃO DE ILÍCITO AMBIENTAL - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, pois, com aporte na interpretação das normas pertinentes à espécie, nos laudos colacionados aos autos e no posicionamento do órgão ambiental, constatou-se a ausência de ilícitos ambientais no presente caso, mormente ante a prévia comunicação da supressão vegetal à autoridade competente, não remanescendo, portanto, circunstâncias aptas a atrair a continuidade da intervenção ministerial.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.**

**4. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002903-5 – SIGILOSO**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a mortandade de peixes no terminal de cargas em Belém/PA, os quais seriam originários de Terenos/MS.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - COMARCA DE TERENOS - MEIO-AMBIENTE - APURAR A MORTANDADE DE LARVAS DE PEIXE ORIGINÁRIOS DE TERENOS E ENCONTRADOS EM TERMINAL DE CARGAS EM BELÉM, NO ESTADO DO PARÁ - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES OU DESEQUILÍBRIO AO MEIO AMBIENTE - DILIGÊNCIAS SUFICIENTES. Promoção de arquivamento homologada, considerando que a mortandade dos animais não ocasionou desequilíbrio ao meio-ambiente, eis que oriundos de reprodução em laboratório para fins de desempenho de atividade econômica. Ademais, a empresa possuía autorização para o envio das larvas de peixe, além de primar pelo bem-estar dos animais e estar regular às normas ambientais pertinentes, consoante atesta a Polícia Militar Ambiental.

**Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.**

**5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000142-9**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Miranda

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Gleyziane Parente Silva.

Assunto: Apurar suposto enriquecimento ilícito pela servidora Gleyziane Parente Silva.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE MIRANDA - DENÚNCIA ANÔNIMA - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – SUPOSTO USO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À PREFEITURA PARA FINS PARTICULARES – NÃO CONSTATAÇÃO - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, considerando que os elementos de informação produzidos nos autos não confirmaram o

aventado uso de produtos alimentícios para fins particulares por parte de servidor público municipal, ilidindo-se, portanto, suposta prática de ato de improbidade administrativa.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator, deu-se por impedido o Conselheiro Silasneiton Gonçalves, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Miranda e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.***

#### **6. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000158-4**

46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: “Bar Fly” Casa de Eventos

Assunto: Apurar situação oriunda de denúncia anônima registrada na Ouvidoria do Ministério Público, referente entrada e permanência de adolescentes no Bar Fly Casa de Eventos.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – COMARCA DE CAMPO GRANDE - SUPOSTA PERMANÊNCIA DE ADOLESCENTES EM ESTABELECIMENTO INAPROPRIADO - NÃO CONSTATAÇÃO - REGULARIDADE NA EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL - PERDA DO OBJETO. Promoção de arquivamento homologada, tendo em vista que o estabelecimento sob investigação comprovou o empreendimento de medidas para obstar a permanência de menores em suas dependências, a postura ativa em comunicar as autoridades policiais acerca da presença de adolescentes em seus arredores, além de possuir as licenças necessárias para a consecução da atividade econômica, não havendo, portanto, motivos aptos a sustentar a continuidade da intervenção ministerial.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.2. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002153-2**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Marlon Batista Gabriel

Assunto: Apurar eventual irregularidade na acumulação de cargos pelo conselheiro tutelar Marlon Batista Gabriel, no município de Sidrolândia/MS.

EMENTA - INQUÉRITO CIVIL - PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIDROLÂNDIA - DENÚNCIA APÓCRIFA - ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS – CONSELHEIRO TUTELAR - M.G.B - ATESTADO MÉDICO – ATENDIMENTO EM ESTABELECIMENTO COMERCIAL - INCOMPATIBILIDADE VEDADA PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.726/2015, ARTIGO 38, INCISO IX – IRREGULARIDADE NÃO COMPROVADA - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXERCÍCIO DE OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA PELO SERVIDOR - COMÉRCIO DE ALIMENTOS - ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA- ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - HOMOLOGAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. Da análise dos elementos reunidos nos autos, tem-se que a homologação do arquivamento do feito em epígrafe, é medida que se impõe. O arcabouço probatório acostado aos autos demonstrou a ausência de irregularidades decorrente de cumulação indevida de cargos pelo Conselheiro Tutelar Marlon Batista Gabriel, lotado no município Sidrolândia/MS, não havendo fundamentos aptos a viabilizar eventual demanda judicial com vista à sua destituição do cargo de Conselheiro Tutelar, inexistindo outras irregularidades que justifiquem a continuidade das investigações.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

##### **2. Inquérito Civil nº 06.2018.00000667-5**

26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Alvorindo Ravagnani Júnior

Assunto: Apurar a regularidade jurídico-ambiental da Fazenda Rava, localizada no município de Campo Grande/MS.

EMENTA - 26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES AMBIENTAIS NA FAZENDA RAVA - DANOS AMBIENTAIS - SUPRESSÃO VEGETAL - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 – ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC-



Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito cível possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000694-4 – SIGILOSO**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo improvimento do Recurso, nos termos do voto do Relator.***

### **4. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000159-5**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Terenos/MS.

Assunto: Apurar eventuais irregularidades em procedimento licitatório e contratação de empresa para construção da Feira do Produtor.

EMENTA - 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TERENOS - APURAR IRREGULARIDADES NO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL – PREFEITURA MUNICIPAL DE TERENOS - FEIRA DO PRODUTOR- DENÚNCIA APÓCRIFA - LICITAÇÃO REALIZADO EM MODALIDADE DIVERSA E COM DIRECIONAMENTO - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - AUSÊNCIA DE MÁCULAS NO PROCESSO LICITATÓRIO E NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA STENIA SOUZA DA SILVA-ME - POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE - ENTENDIMENTO DO DECRETO Nº 9412/2018 - ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CARACTERIZADO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - ARQUIVAMENTO- HOMOLOGAÇÃO. O presente procedimento teve seu objeto alcançado, pois não foram encontradas irregularidades no processo licitatório realizado pela Prefeitura Municipal de Terenos na modalidade “Convite” nº 069/2018, bem como na contratação da empresa vencedora Stenia Souza da Silva-ME, para construção do prédio da Feira do Produtor, vez que o Decreto nº 9.412/2018, alterou o valor definido na modalidade convite, elevando o valor da contratação para 330.000.00 (trezentos e trinta mil reais). Desse modo, restou apurado a ausência de máculas no certame denunciado e de atos de improbidade administrativa, impondo-se o arquivamento dos autos.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

### **5. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000260-6**

2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Coxim

Assunto: Apurar eventual vulneração do direito ao transporte escolar aos alunos residentes na área rural do município de Coxim/MS.

EMENTA - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE COXIM/MS - PREFEITURA MUNICIPAL DE COXIM/MS - TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO - APURAR SUSPENSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR NA “LINHA BARRANQUEIRA” – DILIGÊNCIAS REALIZADAS - PARALISAÇÃO - MANUTENÇÃO - REPARAÇÃO DE ESTRAGOS CAUSADOS PELA GRANDE QUANTIDADE DE CHUVA - ESTRADA E TRANSPORTE ESCOLAR REGULARIZADO - ATUAÇÃO MINISTERIAL COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Não existem controvérsias a serem sanadas no feito, haja vista que a Prefeitura Municipal de Coxim/MS realizou serviços de manutenção na estrada da região da “Barranqueria”, razão pela qual foi necessária a suspensão do transporte escolar nessa localidade pelo período de 07 (sete) dias. Contudo, constatou-se que o município voltou a fornecer o transporte escolar aos alunos daquela localidade, aferindo a inexistência de irregularidades sobressalentes a serem sanadas. Assim, inexistem motivos para o prosseguimento do feito, sendo que a homologação do arquivamento afigura-se de rigor.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

### **7.2.3. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

#### **1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000144-3**

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar suposta cobrança ilegal de taxa para a inscrição de alunos da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul no 8º Encontro de Administração, Economia e Contabilidade (ECAECO) realizado no Município de Ponta Porã/MS.  
***Retirado de pauta em razão da ausência justificada do Relator.***

#### **7.2.4. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

##### **1. Inquérito Civil nº 06.2018.00000248-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Paranaíba

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Paranaíba

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa em virtude de irregularidades no repasse de verbas previdenciárias do Município de Paranaíba ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município, originado das diligências promovidas no Inquérito Civil nº 003/2017.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - IRREGULARIDADE NO REPASSE DE VERBAS PATRONAIS PREVIDENCIÁRIAS PELA PREFEITURA DE PARANAÍBA – DOLO NÃO COMPROVADO - AUSÊNCIA DE DANO AO ERÁRIO REMANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARCELAMENTO DA DÍVIDA - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que consoante informações prestadas pela Prefeitura de Paranaíba, devido a baixa arrecadação no período compreendido entre os anos de 2015 a 2016, houve o atraso no repasse dos valores referentes a contribuição previdenciária patronal, em razão da necessidade de remanejamento orçamentário para a manutenção dos serviços públicos essenciais. Ademais, de acordo com o Tribunal de Contas do Estado, em novembro de 2016 houve a celebração de Acordo de Parcelamento entre a Prefeitura de Paranaíba e o Instituto de Previdência Municipal para a liquidação total da dívida, sanando as irregularidades anteriormente constatadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.5. RELATOR-CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

##### **1. Notícia de Fato nº 01.2018.00011534-9**

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Itaquiraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Averiguar dano ambiental no Projeto de Assentamento Santa Rosa, Grupo 2, Lote 148.

EMENTAS: NOTÍCIA DE FATO - MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ – IMINENTE DANO AMBIENTAL DECORRENTE DA FALTA DE MANUTENÇÃO DE BARRAGEM DE ÁGUA EM PROJETO DE ASSENTAMENTO LOCAL DE PROPRIEDADE DO INCRA - DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE DA UNIÃO APLICAÇÃO DO ART. 109, INCISO I, DA CF - DECLÍNIO DAS ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL HOMOLOGADO - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 16/2017/CSMP. Da análise dos autos, constou a iminência de dano ambiental em área de propriedade da União, haja vista o Projeto de Assentamento Santa Rosa, local em que fora constatada irregularidade por falta de manutenção de barragem de água, tratar-se de propriedade da autarquia federal INCRA. Desse modo, uma vez demonstrado interesse da União (art. 109, inciso I, da CF), revela-se escorreita a remessa do alusivo procedimento ao Ministério Público Federal, aplicando-se assim o Enunciado n. 16/2017/CSMP.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.***

##### **2. Recurso em Notícia de Fato nº 01.2018.00013579-0**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí

Recorrente: Conselho Estadual de Assistência Social de Mato Grosso do Sul  
CEAS/MS

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Pedido de providências quanto à Portaria 999/2018 do Município de Itaquiraí.

EMENTA: RECURSO EM NOTÍCIA DE FATO - PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS QUANTO À EVENTUAL ILEGALIDADE DE PORTARIA 999/2018, EXPEDIDA PELO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAQUIRAÍ - NÃO OCORRÊNCIA APLICAÇÃO DO PROVIMENTO N. 36/2014, DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA, CNJ – RECURSO DESPROVIDO. Impõe-se o arquivamento de Notícia de Fato instaurada a partir de pedido de providências quanto à Portaria 999/2018, do Prefeito Municipal de Itaquiraí, determinando que os servidores do CREAS e CRAS cumpram as demandas integradas solicitadas pelo Poder Judiciário, Polícia Civil, Ministério Público e Defensoria Pública, vez que se encontra na esteira do Provimento n. 36/2014, da Corregedoria Nacional de Justiça, do CNJ, que

dispõe neste sentido, na sua aplicação, na gestão das políticas de assistência social, educação e saúde, nos âmbitos municipal e estadual, no que se refere às medidas protetivas para crianças e adolescentes e suas respectivas famílias por meio da oferta e reordenamento dos serviços de atendimento das áreas correspondentes. Recurso não provido.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, votou pelo não provimento do Recurso, nos termos do voto do Relator.***

### **3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000266-8**

32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Atendimento Especializado à Mulher

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – APURAR A FALTA/INSUFICIÊNCIA DE EQUIPAMENTOS/APARELHOS E INSUMOS NO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER - IRREGULARIDADES SANADAS NO CURSO DO PROCEDIMENTO - ATUAÇÃO RESOLUTIVA DO ÓRGÃO MINISTERIAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Arquiva-se o Inquérito Civil no qual se verifica não existir elementos para adoção de qualquer outra providência relativa a seu objeto, consistente na apuração da falta/insuficiência de equipamentos/aparelhos e insumos no Centro de Atendimento Especializado à Mulher, vez que após a intervenção do *Parquet*, restaram sanadas, no curso do procedimento, as irregularidades dantes apontadas, mostrando-se resolutive a atuação do órgão ministerial.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

### **4. Inquérito Civil nº 06.2016.00000190-6**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande - IMPCG

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade decorrente de possíveis irregularidades no Instituto Municipal de Previdência de Campo Grande.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE – APURAÇÃO DE EVENTUAL ATO DE IMPROBIDADE DECORRENTE DE POSSÍVEL FRAUDE NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DO INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - NÃO COMPROVAÇÃO DO DOLO EM ÂMBITO CRIMINAL - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Correto o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade decorrente de possível fraude nos fundos de investimento do Instituto Municipal de Previdência Social, quando no curso do procedimento advém notícia de arquivamento de investigação do fato em âmbito criminal, porquanto não comprovado o dolo.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

### **5. Inquérito Civil nº 06.2019.00000351-6**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público

Requerido: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa em seis convênios realizados pelo Estado de Mato Grosso do Sul com a entidade privada Sociedade de Apoio à luta pela Moradia para construção de unidades habitacionais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE - APURAÇÃO DE EVENTUAL IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA EM CONVÊNIOS FIRMADOS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS PRESCRIÇÃO APURAÇÃO DE EVENTUAL DANO AO ERÁRIO PREJUDICADA - PROVAS INCONCLUSIVAS - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Correto o arquivamento de Inquérito Civil instaurado para apurar eventual ato de improbidade administrativa em convênios firmados para construção de unidades habitacionais quando se constata que não há mais possibilidade de responsabilização, diante da longa tramitação do processo, e não se chegou à comprovação até o momento, com os documentos vindos aos autos, de dano ao erário.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

#### **7.2.6. RELATORA-CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

##### **1. Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000115-1 – SIGILOSO**

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

***Retirado de pauta em razão da ausência justificada da Relatora.***

**7.2.7. RELATOR-CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002674-9**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Angélica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Controladoria-Geral - Município de Angélica/MS

Assunto: Averiguar eventual omissão e ineficiência da Controladoria-Geral do Município de Angélica/MS na prevenção e combate ao irregular acúmulo remunerado de cargos públicos na Administração Pública local.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. AVERIGUAR EVENTUAL OMISSÃO E INEFICIÊNCIA DA CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE ANGÉLICA/MS NA PREVENÇÃO E COMBATE AO IRREGULAR ACÚMULO REMUNERADO DE CARGOS PÚBLICOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA LOCAL. EXPEDIÇÃO DE INSTRUÇÃO NORMATIVA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A CONTINUIDADE DAS DILIGÊNCIAS OU INSTAURAÇÃO DE AÇÃO JUDICIAL CABÍVEL. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não restou demonstrada a ocorrência de omissão ou ineficiência passível de responsabilização por parte da requerida, porquanto a Controladoria-Geral do Município de Angélica/MS comprovou a adoção de medidas administrativas para combater e prevenir o acúmulo ilegal de cargos no Município de Angélica, através da edição da Instrução Normativa nº 1/2019, a qual regula no artigo 4º a vedação da acumulação remunerada de cargos públicos. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00001123-4**

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Água Clara

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar se o valor repassado ao Poder Legislativo foi superior ao permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. APURAR SE O VALOR REPASSADO AO PODER LEGISLATIVO FOI SUPERIOR AO PERMITIDO PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. IRREGULARIDADES NÃO CONFIGURADAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto as irregularidades inicialmente apontadas não se confirmaram, uma vez que o valor de R\$ 368.761,16 recebido pela Câmara Municipal de Água Clara corresponde ao Crédito Suplementar do exercício de 2012 que, somado ao orçamento inicialmente atribuído ao Poder Legislativo Municipal, de R\$ 2.695.000,00, e dividido em doze parcelas mensais, chega-se a receita informada na importância de R\$ 255.313,43. Assim, ausentes os fundamentos necessários para a continuidade das diligências ou instauração de ação judicial cabível, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2018.00000760-8**

2ª Promotoria de Justiça do Meio ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Chapadão do Sul e Laidja Maria Silva - ME (Barzinho Oriental)

Assunto: Promover a compensação ambiental em razão do uso do canteiro da Avenida Oito, concedido por Decreto Municipal ao estabelecimento comercial denominado “Barzinho Oriental”, ou restaurá-lo ao 'status quo ante'.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL. PROMOVER A COMPENSAÇÃO AMBIENTAL EM RAZÃO DO USO DO CANTEIRO DA AVENIDA OITO, CONCEDIDO POR DECRETO MUNICIPAL AO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DENOMINADO “BARZINHO ORIENTAL”, OU RESTAURÁ-LO AO 'STATUS QUO ANTE'. CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA. INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP ENUNCIADO Nº 09/CSMP E ARTS. 26, 38 E 39, DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007-PGJ. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com o requerido, em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem instaurou o Procedimento Administrativo nº 09.2019.00001531-2, conforme consulta ao SAJ, para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.***

**7.2.8. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:****1. Inquérito Civil nº 06.2018.00002908-0**

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a notícia de ocorrência de danos ao erário público do Município de Naviraí a partir do pagamento indevido de diárias a servidores públicos municipais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A NOTÍCIA DE OCORRÊNCIA DE DANOS AO ERÁRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NAVIRAÍ A PARTIR DO PAGAMENTO INDEVIDO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS – NÃO HOMOLOGAÇÃO DA PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - BAIXA DOS AUTOS À PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ORIGEM PARA AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS. Compulsando os autos, verifica-se prematura a promoção de arquivamento do presente procedimento, fazendo-se necessária a realização de diligências para melhor apurar a legalidade do pagamento de diárias aos servidores públicos municipais, bem como aguardar a conclusão da sindicância administrativa instaurada pela administração pública municipal. Assim, vota-se pela não homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, por maioria, não homologou a promoção de arquivamento e determinou a baixa dos autos à Promotoria de Justiça de origem, nos termos do voto do Relator, com o voto divergente do Conselheiro Edgar Roberto Lemos de Miranda pela homologação do arquivamento.***

**2. Inquérito Civil nº 06.2018.00003519-2**

25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a subsistência das denúncias, individualizando as financeiras cujas práticas comerciais se mostrem lesivas ao mercado de consumo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A SUBSISTÊNCIA DAS DENÚNCIAS, INDIVIDUALIZANDO AS FINANCEIRAS CUJAS PRÁTICAS COMERCIAIS SE MOSTREM LESIVAS AO MERCADO DE CONSUMO - OBJETO ESGOTADO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatadas irregularidades que pudessem ocasionar lesão aos consumidores nos contratos de alienação fiduciária celebrados entre consumidores e as instituições financeiras investigadas. Ademais, ressalta-se que não foram encontradas reclamações junto ao PROCON/MS sobre cobrança de taxas e outros valores que não seriam previamente informados aos consumidores, nem quanto à ausência de fornecimento de cópias dos contratos de alienação

fiduciária. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

**3. Inquérito Civil nº 06.2019.00000008-5**

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Mundo Novo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Antônio Cavalcanti e Dematel/Almeida & Secco Ltda.

Assunto: Apurar possíveis irregularidades e necessidade de ressarcimento ao erário no que tange ao Processo Administrativo Licitatório n. 102/2011, do Município de Mundo Novo.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E NECESSIDADE DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NO QUE TANGE AO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 102/2011, DO MUNICÍPIO DE MUNDO NOVO – OBJETO ESGOTADO - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO CONFIGURADA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto não foram constatados atos de improbidade administrativa no Procedimento Licitatório de Dispensa de Licitação nº 102/2011, realizado pelo Município de Mundo Novo, que resultou na contratação da empresa Dematel/Almeida & Secco Ltda. para a execução das obras de construção de calçada de suporte de caixa de água no Centro de Educação Infantil Elmo Jorge de Souza, uma vez que restou demonstrado que as obras foram devidamente realizadas na creche infantil, bem como que houve aquisição e pagamento dos materiais adquiridos especificados na planilha apresentada pela empresa em questão. Além disso, demonstrou-se que o valor da contratação mostrou-se compatível com os preços de mercado,

não havendo falar em superfaturamento. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

**4. Inquérito Civil nº 06.2015.00000343-3**

Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Sonora

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar irregularidades no fornecimento do transporte escolar municipal na zona rural do município de Sonora/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR IRREGULARIDADES NO FORNECIMENTO DO TRANSPORTE ESCOLAR MUNICIPAL NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE SONORA/MS - OBJETO ESGOTADO - RECOMENDAÇÃO ACATADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO

HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que o objeto do feito está esgotado, porquanto o Município de Sonora acatou e cumpriu a Recomendação do Ministério Público Estadual. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

***Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento nos termos do voto do Relator.***

Campo Grande, 2 de julho de 2019

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

**AVISO Nº 19/2019/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, após a distribuição por sorteio, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, querendo, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

**1 - RELATOR CONSELHEIRO SILVIO CESAR MALUF:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00000197-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Paranaíba - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Lenine Alves Filho e Lierson Alves - Assunto: Apurar eventual dano ambiental nas fazendas Pindorama e Pindorama II, localizadas no município de Paranaíba. (IC nº 014-S/2011-PJMA, migrado para o SAJMP).

**2 - RELATOR CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2018.00002803-6** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis - Assunto: Apurar a existência e o efetivo funcionamento do Controle Interno da Câmara Municipal de Vereadores de Deodápolis/MS, especificamente no que tange a adoção de medidas preventivas e repressivas com relação ao combate do nepotismo e ao combate do acúmulo indevido de cargo público, nos termos da Súmula Vinculante nº 13 do STF.

**2) Inquérito Civil nº 06.2018.00000009-2** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Amambai - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Eunice Shizuko Tsuzuki Tamura - Assunto: Apurar degradação ambiental no imóvel rural denominado Fazenda Rancho Alegre, no município de Amambai/MS.

**3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001092-0** - 57ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Secretaria Municipal de Saúde - Assunto: Fiscalizar as medidas que serão adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde para diminuir a demanda reprimida por consultas na especialidade neurologia em Campo Grande.

**4) Inquérito Civil nº 06.2017.00000945-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerentes: Helenice Gomes, Jeferson Luiz Cezário, Katia Maria Ferreira da Silva, Sueli de Jesus Pereira, Valéria Guimarães Vasconcelos e Zenilda Regina de Souza - Requerida: Prefeitura Municipal de Deodápolis - Assunto: Apurar eventual irregularidade na contratação de funcionários pela Prefeitura Municipal de Deodápolis, os quais estão ocupando as vagas previstas em concurso público municipal.

**3 - RELATOR CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**

1) **Inquérito Civil nº 06.2018.00000830-7** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Sonora - Assunto: Investigar eventuais ilegalidades praticadas pelo Legislativo na aquisição de combustíveis e na sua possível não utilização total ou racional, na frota de veículos daquela Casa de Leis, no curso da atual gestão (2017/2020).

2) **Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003363-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Fátima do Sul - Requerente: José dos Santos Araújo - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar risco à saúde dos moradores do bairro Santa Terezinha, no município de Vicentina/MS, em razão da exposição a suposto uso inadequado de agrotóxicos em zona urbana.

3) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002291-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sete Quedas - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Sete Quedas - Assunto: Apurar a falta de sinalização vertical e horizontal do trânsito local de Sete Quedas/MS, bem como a falta de iluminação pública. (IC nº 12/2015, migrado para o SAJMP).

**4 - RELATOR CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**

1) **Inquérito Civil nº 06.2016.00000360-4 (Sigiloso)** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande. Advogada Magna Kátia Silva Sanches, OAB/MT nº 10.638.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00003452-7** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Mundo Novo - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Orlando Francisco da Silva - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais na propriedade do requerido noticiadas nos Autos de Infrações nº 23103 e nº 23104/PMA/IMASUL, bem como promover medidas necessárias à recuperação e à reparação ambiental. (IC nº 01/2017, migrado para o SAJMP).

**5 - RELATOR CONSELHEIRO FRANCISCO NEVES JÚNIOR:**

1) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000174-0 (Sigiloso)** - 42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande.

**6 - RELATOR CONSELHEIRO EDGAR ROBERTO LEMOS DE MIRANDA:**

1) **Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002795-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: Antônio Fernandes da Costa Girardi - Assunto: Apurar eventual dano ambiental em área de preservação permanente praticado por Antônio Fernando da Costa Girardi.

2) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000803-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica - Requerente: Polícia Militar Ambiental - Requerido: A. L. Ribeiro - ME - Assunto: Registrar a autuação, da Polícia Militar Ambiental do município de Costa Rica/MS, em desfavor da empresa A.L. Ribeiro Transportes, por causar dano ambiental por vazamento de produto perigoso.

3) **Inquérito Civil nº 06.2019.00000074-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerentes: Helena Hernandez Derzi e Miguel Hernandez Derzi - Requerido: Estabelecimento 2Boss Bar - Assunto: Apurar a ocorrência de poluição sonora produzida pelo estabelecimento comercial denominado 2Boss localizado na Avenida Brasil em Ponta Porã.

**7 - RELATORA CONSELHEIRA JACEGUARA DANTAS DA SILVA:**

1) **Inquérito Civil nº 06.2017.00000785-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Luiza Keiko Okamoto Kato - Assunto: Apurar suposto dano ambiental ocorrido no imóvel rural denominado fazenda São Paulo, localizado no município de Aral Moreira/MS, consistente no armazenamento de agrotóxicos sem a devida observância as normas ambientais vigentes, bem como investigar a regularidade da inscrição da propriedade no Cadastro Ambiental Rural.

2) **Inquérito Civil nº 06.2018.00001494-2** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Nioaque - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Nioaque - Assunto: Apurar possíveis irregularidades na folha de pagamento mensal da Secretária de Educação do Município de Nioaque/MS - Senhora Alzira Claudia Faleiros de Souza Sá Lima. (IC nº 02/2016, migrado para o SAJMP).

3) **Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000370-5** - ASSEP4 - Assessoria Especial do PGJ 4 - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul - Assunto: Apurar eventual irregularidade no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Advogados: Luiz Henrique Volpe Camargo, OAB/MS 7.684 e Luiz Paulo de Castro Areco, OAB nº 11.276.

4) **Inquérito Civil nº 06.2018.00002414-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Investigar eventuais irregularidades nos atendimentos oferecidos às crianças e aos adolescentes, por parte das entidades



governamentais Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social - CREAS.

**8 - RELATOR CONSELHEIRO SILASNEITON GONÇALVES:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2017.00000977-9** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Município de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde Pública - SESAU - Assunto: Apurar eventual interesse da Gestão Municipal em fechar os serviços de Pediatria nos Centros Regionais de Saúde/CRSs e na Unidade de Pronto Atendimento Moreninha III.

**9 - RELATOR CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:**

**1) Inquérito Civil nº 06.2019.00000053-0** - Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Deodápolis - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Patrícia Firmino Siqueira Martins - Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente em descumprimento de carga horária, no Hospital Municipal Cristo Rei, no município de Deodápolis/MS, por parte da servidora pública municipal Patrícia Firmino Siqueira.

Campo Grande, 2 de julho de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN  
Procurador de Justiça  
Secretário do Conselho Superior do MP

**SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS**

**AVISO Nº 097/2019-GED**

**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **TORNA PÚBLICA** a **DESISTÊNCIA** da vaga de estagiário da candidata **LÉA REJANE OCAMPOS**, aprovada em 5º lugar no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, referente ao curso de Serviço Social, Nível Graduação, da comarca de Campo Grande e **DECLARA** a **DECADÊNCIA** do direito de ser empossado do candidato **PAULO ARAKAKI JUNIOR**, aprovado no referido Processo de Seleção, uma vez que tal candidato não apresentou a documentação necessária ao credenciamento nos prazos indicados no Aviso de Convocação nº 094/2019-GED, publicado no DOMP nº 1991, de 19 de junho de 2019.

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA  
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**AVISO Nº 098/2019-GED**

**XXI PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio da Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **CONVOCA** as candidatas aprovadas no XXI Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 001/2018-GED, de 2 de agosto de 2018, publicado no DOMP nº 1789, de 3 de agosto de 2018, para entrega dos documentos necessários ao credenciamento.

As candidatas convocadas deverão comparecer, no local, dia e horário mencionados no quadro abaixo, munidas dos documentos relacionados no capítulo X do Edital nº 001/2018, de 23 de março de 2018, publicado no DOMP nº 1700, de 26 de março de 2018, especificados, respectivamente, no item 2 desse aviso.

#### 1. CANDIDATAS CONVOCADAS - COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Secretaria de Gestão de Pessoas - SGP, situada na Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, localizada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214- Jardim Veraneio, Campo Grande – MS, no dia e horário mencionados no quadro abaixo.

#### SERVIÇO SOCIAL – NÍVEL PÓS-GRADUAÇÃO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08/07/2019	14h	FABIANI FARIAS CAETANO	3ª

#### ENGENHARIA CIVIL – NÍVEL GRADUAÇÃO

TURNOS: VESPERTINO

DATA	HORÁRIO	CANDIDATO	POSIÇÃO
08/07/2019	14h	CAROLINA BORTOLOTTI MACHADO	2ª

#### 2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
1	Fotocópia legível da cédula de identidade e do CPF;
2	Declaração ou certidão de <b>matrícula atualizada</b> , emitida pela instituição de ensino, que informe o <b>ano letivo / turno / semestre / número de dependências de disciplinas e data prevista de conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas essas informações)</b> ;
3	Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades do estágio, por meio de anamnese e exame físico;
4	Certidões criminais dos cartórios distribuidores das Justiças Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos; Certidão e/ou atestado de antecedentes criminais fornecidas pelas Polícias Federal e Estadual que abranjam localidades onde o candidato houver residido nos últimos cinco anos;
5	Declaração pessoal de ausência dos impedimentos previstos no art. 42, inciso I da Resolução nº 015/2010-PGJ e art. 19 da Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP;
6	Declaração pessoal do não exercício da advocacia pública ou privada e de estágio em qualquer outro órgão público ou privado;
7	Atestado de exame ABO-RH;
8	Número da agência e da <b>conta corrente no Banco do Brasil (exceto poupança)</b> ;
9	02 fotografias coloridas, 3x4 recentes;
10	Ficha de Cadastro manuscrito/digitado em todos os campos e assinada;
11	Declaração de não participação em diretoria de Partido Político;
*12	Diploma em curso Nível Superior – Graduação;
*13	Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela Instituição de Ensino, em curso de pós-graduação, em nível de especialização, mestrado ou doutorado.

(\*) Documentos específicos para estagiários de Nível de Pós-Graduação.

Cumpra-se observar que diante de previsão expressa no Edital nº 001/2018-GED, no capítulo “X – Da Convocação e Admissão”, item 4, antes da entrega dos documentos necessários ao credenciamento: “O candidato regularmente convocado deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, ou apresentar-se no local informado no aviso de convocação, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar manifestação quanto ao interesse no exercício do estágio, desistência ou transposição para o final de lista, se for caso, sob pena de eliminação do Processo de Seleção”.

O “e-mail” em que a manifestação deverá ser enviada é [estagiariosadm@mpms.mp.br](mailto:estagiariosadm@mpms.mp.br).

Campo Grande, 1º de julho de 2019.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE003079 DE 28.06.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2519/2019.**

Credor: COMERCIAL K & D LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 2.020,00 (dois mil e vinte reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE003079 de 28.06.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE003080 DE 28.06.2019 DO PROCESSO PGJ/10/2519/2019.**

Credor: COMERCIAL K & D LTDA.

Ordenadora de despesa: **Nilza Gomes da Silva**, Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de aparelhos eletrodomésticos, eletro portáteis e mobiliário, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 182,00 (cento e oitenta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE003080 de 28.06.2019.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO CONVÊNIO MPMS E MPT**

Processo nº PGJ/10/2058/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral de Justiça, **Paulo Cezar dos Passos**;

2- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO – PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO**, representado por seu Procurador-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 24ª Região, **Leontino Ferreira de Lima Junior**.

Amparo legal: Artigo 129, inciso IX, da Constituição Federal, e Decreto Estadual nº 11.261/2003;

Objeto: Mútua cooperação técnica entre as partes para atuação concertada na implementação da Política Nacional de Trabalho do preso e Egressos do Sistema Prisional em Mato Grosso do Sul.

Vigência do Convênio: 16.05.2019 até 16.05.2024.

Data da assinatura: 16 de maio de 2019.

**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 006/2019/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002265-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município e Correta Empreendimentos Imobiliários Sociedade Civil por Cotas de Responsabilidade Ltda.

Assunto: Acompanhar o cumprimento da sentença prolatada na Ação Civil Pública n. 0065124-68.2010.8.12.0001.

Campo Grande, 25 de junho de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**DOURADOS****EDITAL N. 0014/2019/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002174-7

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Assunto: Acompanhar a implementação do Projeto "MP-Social".

Dourados/MS, 26 de junho de 2019.

JULIANO ALBUQUERQUE

Promotor de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL N. 0015/2019/17PJ/DOS**

A 17ª Promotoria de Justiça da Comarca de Dourados/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas abaixo especificado que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Correa Neto, n. 400, Bairro Jardim São Pedro ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Políticas Públicas n. 09.2019.00002331-2

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Município de Dourados.

Assunto: Apurar suposta violação à acessibilidade, ao transporte público coletivo e ao direito à livre locomoção no espaço urbano de pessoas com deficiência no Município de Dourados/MS.

Dourados/MS, 28 de junho de 2019.

JULIANO ALBUQUERQUE

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**BELA VISTA**

---

**EDITAL Nº 0064/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00000982-1

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Renascer

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 24,46 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Renascer em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 01/07/2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0065/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00000981-0

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Boa Vista

Assunto: Apurar suposto dano ambiental em razão da exploração de 34,88 hectares de vegetação nativa na propriedade denominada Fazenda Boa Vista em Caracol/MS.

Bela Vista/MS, 01/07/2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0066/2019/PJ/BVT**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Bela Vista/MS, torna pública a instauração do IC - Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Eduardo Peixoto, 1541, Centro, Bela Vista-MS - CEP 79260-000  
Telefone: (67) 3439-1991, Bela Vista/MS.

E ainda no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

IC - Inquérito Civil nº 06.2019.00000983-2

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Fazenda Louro

Assunto: Apurar suposto dano ambiental decorrente do corte de 30 árvores nativas.

Bela Vista/MS, 01/07/2019.

**WILLIAM MARRA SILVA JÚNIOR**

Promotor de Justiça

---

**CASSILÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 0028/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00003422-7, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00003422-7

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar a regularidade do Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV, Conjunto Habitacional Balmant II, em CassilândiaMS, financiado com recursos da instituição financeira PROVÍNCIA, conforme Nota Técnica nº 165/2018/DMH/SNH-Mocidades.

Cassilândia-MS, 26 de junho de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0029/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000955-4, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000955-4

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: ANDRÉIA CRISTINA NEGRÃO GUIMARÃES e JAIR BONI COGO.

Assunto: Apurar a ilegalidade na lotação da servidora pública municipal Andréia Cristina Negrão Guimarães.

Cassilândia-MS, 26 de junho de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0030/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000916-5, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000916-5

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: CÂMARA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA - MS.

Assunto: Apurar a legalidade do contrato administrativo nº 012/2019 celebrado entre a Câmara Municipal de Cassilândia e Vasques Advogados Associados SS ME.

Cassilândia-MS, 26 de junho de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0031/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000962-1, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000962-1

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: SINDICATO RURAL DE CASSILÂNDIA-MS e PREFEITURA MUNICIPAL DE CASSILÂNDIA - MS.

Assunto: Regularizar o tratamento dos consumidores no evento denominado Expo-Cassilândia 2019.

Cassilândia-MS, 26 de junho de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**COXIM**

---

**EDITAL Nº 0035/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000921-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Roberto Molino Tanganelli.

Assunto: Apurar possível dano em área de vegetação nativa, ocorrido na Fazenda Baia Sandy de propriedade de Roberto Molino Tanganelli, localizada em Coxim, MS.

Coxim/MS, 28 de junho de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0036/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000920-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Neli Clarindo de Souza.

Assunto: Apurar o desmatamento de 19,00 ha, ocorrido na propriedade rural denominada Fazenda Novo Império, localizada no município de Coxim/MS e de propriedade do Sr. Neli Clarindo de Souza, conforme Parecer do Nugeo n. 778/17.

Coxim/MS, 28 de junho de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA

Promotora de Justiça



**EDITAL Nº 0038/2019/02PJ/CXM**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Coxim/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo descrito, que está à disposição de quem possa interessar na Avenida Márcio Lima Nantes nº 105, Vila São Salvador, na cidade de Coxim-MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2019.00002262-4.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: João Batista Garcia de Paula.

Assunto: Fiscalizar o cumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil n. 06.2018.0002721-5, entre o Ministério Público Estadual e o compromissário João Batista Garcia de Paula.

Coxim/MS, 28 de junho de 2019.

DANIELLA COSTA DA SILVA  
Promotora de Justiça

---

**MIRANDA**

---

**EDITAL Nº 017/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2019.00000481-5.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Bodoquena.

Assunto: apurar eventual irregularidade em procedimento licitatório para a reforma do ginásio municipal de Bodoquena-MS.

Miranda/MS, 01/07/2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA  
Promotora de Justiça em Substituição Legal

**EDITAL Nº 018/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Miranda/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição na Rua General Amaro Bittencourt, 935, Centro, nesta Cidade. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/mpms/procedimento>.

Inquérito Civil 06.2019.00000554-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: A apurar.

Assunto: apurar suposto recebimento de diárias pelo legislativo, Emerson Luna Bonfim e do salário integral como servidor.

Miranda/MS, 01/07/2019.

JULIANA PELLEGRINO VIEIRA  
Promotora de Justiça em Substituição Legal

---

**RIO BRILHANTE**

---

**EDITAL N. 005/2019**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Brilhante – MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00002170-3

Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Assunto: acompanhar a aplicação idônea de repasses pecuniários efetuados pela comunidade à Associação Beneficente Hospital e Maternidade Rio Brilhante.

Rio Brilhante – MS, 13 de junho de 2019.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI

Promotora de Justiça

---

**SIDROLÂNDIA**

---

**EDITAL Nº 003/2019/3ªPJ-SDN**

A 3ª Promotoria de Justiça de Sidrolândia/MS torna pública a retificação de Inquérito Civil abaixo especificado. O referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante senha que pode ser obtida nesta promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://mpms.mp.br/ouvidoria/consultaprocedimento> e ficará à disposição de eventuais interessados na rua Espírito Santo, nº 1383, em Sidrolândia/MS.

Inquérito Civil nº 06.2018.00000945-0

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requeridos: Prefeitura Municipal de Sidrolândia

Objeto:

Onde consta: Apurar regularidade da estrutura administrativa pública municipal.

Passe a constar: Apurar a existência de irregularidades no pagamento de verba de gratificação de representação, prevista no artigo 182, da LC nº 126/2018.

Sidrolândia/MS, 01 de julho de 2019.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça